



Dependência de princípios ativos e baixa competitividade deixam Brasil em desvantagem em relação a outros países

De 2011 para 2014, o Brasil passou de 10º para o 6º maior mercado mundial do setor farmacêutico, e caiu uma posição em 2015 devido, principalmente, à significativa desvalorização do real. Com um sistema de saúde pública gratuito e universal, o SUS (Sistema Único de Saúde), o principal consumidor é o Governo Federal, e também as diversas secretarias de saúde dos Estados e municípios, que exercem grande participação na compra de medicamentos. Ainda objetivando a redução dos custos de saúde, várias parcerias público-privadas já foram celebradas (o conceito é que, após o término contratual, o know-how seja transferido do laboratório privado para um laboratório público).

O varejo de medicamentos registrou, no primeiro trimestre de 2016, aumento de 10,6% contra o crescimento de 15,1% no mesmo período do ano passado, segundo a Interfarma (Associação da Indústria Farmacêutica de Pesquisa), com base nos dados do IMS Consulting Group. Na opinião de Leonardo Giusti, sócio-líder de Life Sciences da KPMG no Brasil, a indústria farmacêutica é um dos últimos setores econômicos a sentir os efeitos de uma crise econômica, e a queda no crescimento demonstra que a crise demorou, mas chegou ao setor. Até 2014, o crescimento da indústria farmacêutica foi bastante expressivo, sempre acima dos dois dígitos, e, em 2015, o crescimento ficou em, aproximadamente, 9%. “Diante dos cenários atuais, o desafio para 2016 é manter o volume

interno e a posição no ranking mundial, visto que existiam projeções desenhadas em 2013/2014 para nosso mercado na quarta colocação já em 2016”, comenta Giusti.

O setor ainda tem passado por queda contínua de rentabilidade.” Há estudos demonstrando que o reajuste dos preços, que é controlado pela Anvisa, tem ficado abaixo da inflação e também abaixo da composição da mão de obra e da variação cambial, que são os principais componentes da cadeia de custos, afirma Giusti. “O aumento de preços praticado em 1º de abril, de quase 12% para o consumidor final e em torno de 7% para a indústria, foi o maior dos últimos anos, mas ainda assim é menor que a perda acumulada do mesmo período”, completa.

A queda da rentabilidade também reside, de acordo com Antônio Britto, presidente-executivo da Interfarma, nas dificuldades de o País simplificar questões regulatórias e que favorecem a burocracia, como a demora para a liberação de cargas importadas e as aprovações e licenças necessárias para a indústria operar.

O último fator, na opinião de Britto, é a dependência do Brasil por princípios ativos, uma vez que importa quase 90% desses insumos. “Tivemos alguns anos de baixa cotação do dólar, e essa dificuldade ficou mascarada, mas, como exportamos



Panorama farmacêutico

Os desafios de um setor responsável por suprir a saúde de uma população longa e cada vez mais necessitada de medicamentos sofisticados

pouco, o dólar não beneficia o setor farmacêutico”, afirma. “A rentabilidade ainda é afetada pelo fato de termos a segunda maior carga tributária de remédio do mundo”, diz.

Outros fatores também estão na pauta da discussão setorial e têm pressionado todo o sistema de saúde, não só no Brasil mas mundialmente, principalmente longevidade e mudança do perfil de doenças. “Quarenta anos atrás predominava o perfil de doenças infectocontagiosas, as doenças agudas e, agora, estamos em um mundo novo, de longevidade da população e de doenças crônicas e degenerativas, com a companhia eterna das doenças e dos medicamentos”, comenta Britto.

Apesar dessas novas necessidades, em se tratando de saúde, o presidente-executivo da Interfarma acredita que o consumo de unidades não ocorre em ritmo maior porque o Brasil necessita de melhor estratégia de acesso que não seja a compra direta – que grande parte da população não tem condições de pagar – ou de total dependência do SUS, que não atende plenamente todos os casos. “O primeiro problema estratégico para o futuro da indústria farmacêutica é entender como o País vai atender uma demanda cada vez maior por produtos complexos e caros com uma estrutura de renda em serviços de saúde que não oferece acesso àquilo que é necessário”, pontua.

Mas, afinal, quais as dificuldades para o Brasil se tornar autossuficiente na produção dos princípios ativos? Para Britto, o País perdeu essa oportunidade quando a política de medicamentos genéricos foi efetivamente implementada, através da Lei 9.787 de 10 de fevereiro de 1999 – conhecida como Lei dos Genéricos. Segundo ele, a Lei não veio acompanhada de uma estratégia para a produção dos insumos. Atualmente, esse mercado é dominado pela China e pela Índia. “Acho que valeria a pena um esforço localizado para a produção de alguns princípios ativos que justifiquem, pelo menos, o atendimento ao mercado brasileiro e assim reduzir a dependência de importações e aliviar a pressão cambial – todavia não somos competitivos e, portanto, para exportar, a conta não fecha”, opina.

Se a autossuficiência é uma dificuldade do setor, exportar é um desafio maior, porque depende de competitividade, ou seja, de preço atraente, e de produtos sofisticados. “Há exceções, claro, algumas empresas se destacam nesse aspecto, mas, em geral, não temos preço atraente nem produto”, diz Britto.

O presidente-executivo da Interfarma comenta também que o Brasil está perdendo a corrida de inovação, requisita cerca de 500 patentes ao ano, enquanto a China e os Estados Unidos estão na casa de 20 a 60 mil. “Essa é a fotografia da balança comercial, que produz poucos produtos inovadores e

Indústria

sofisticados, com exceções das vacinas, e compra novidade dos outros países”, avalia. “Hoje, o Brasil exporta 1,5 bilhão de dólares e, ironicamente, mais de 70% dessa exportação é feita pelas multinacionais a partir de fábricas instaladas aqui, que produzem os medicamentos e enviam para suas matrizes. Então, precisamos de objetividade. Exportar o quê e para onde?”, completa.

Para Leonardo Giusti, da KPMG no Brasil, as exportações poderiam representar uma oportunidade para o setor em meio a este cenário de retração do mercado interno. Ele afirma que o Brasil pode buscar um reequilíbrio na balança comercial através de políticas de incentivo à exportação, principalmente olhando para mercados como o latino-americano e o africano. “Vejo oportunidade porque não há, nos nossos vizinhos da América Latina, indústria instalada nem órgãos reguladores da mesma qualidade, e o Brasil poderia suprir a região”, afirma.



Divulgação: Interfarma

Para Antônio Britto, presidente-executivo da Interfarma, oportunidades dependem de maior desenvolvimento científico

Oportunidades

Apesar do cenário de desafios do Brasil, Britto é otimista com relação às oportunidades. O aumento da expectativa de vida do brasileiro é uma delas, tanto para a ciência quanto para os empreendedores. “Ao contrário de outros negócios, o insumo fundamental não é matéria-prima, localização ou capital, mas sim a capacidade científica. Onde houver um estudante farmacêutico em busca de uma nova molécula, há oportunidades. No Brasil, os cérebros estão nas universidades, que necessitam de maior interação com a iniciativa privada para o negócio crescer”, conclui. **BM**

Os impostos de medicamentos no Brasil chegam a 34%.



Getty Images/Photodisc Collection

Impasse no Sistema Nacional de Controle de Medicamentos

A Organização Mundial da Saúde divulgou no ano passado um relatório que aponta que 19% dos medicamentos comercializados no Brasil são ilegais. A OMS estima que, para cada lote de 100 medicamentos, 20 sejam falsos. Os produtos falsificados costumam ser vendidos em feiras, pela internet, por meio de ambulantes e até nas próprias farmácias, vindos principalmente do Paraguai, da China e da Índia, prontos para consumo ou como princípios ativos, para serem manipulados em locais clandestinos.

O problema, entretanto, não é recente. Após cerca de sete anos de debates, foi publicada em 2009 a Lei Federal 11.903, que estabeleceu a criação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos para o rastreamento dos produtos, desde sua produção até seu destino final, com tecnologias de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados. A Lei previa a implementação do sistema no prazo gradual de três anos, mas ainda não saiu do papel. E a Anvisa poderá considerar a implantação das regras apenas em 2021. Isso porque há ainda muitas discussões sobre o tema, entre elas, o papel da indústria em como executar a rastreabilidade em algumas situações, por exemplo, na dispensa dos hospitais e nos casos de internações.

O presidente-executivo da Interfarma, Antônio Britto, reconhece as dificuldades, mas refuta o adiamento da implementação do sistema. Segundo ele, já existe um consenso a respeito da responsabilidade da indústria em emitir medicamentos com a impressão de seus dados básicos. “A cada etapa da cadeia, as informações podem ser acrescidas à embalagem até o produto chegar às farmácias. Não existe dificuldade tecnológica, e o importante é começar a identificar os problemas para solucioná-los. Além disso, a questão da confidencialidade é muito fácil de ser resolvida quando se formam áreas segregadas de informações, de modo que eu, como indústria, por exemplo, só terei acesso aos meus dados e não aos da distribuidora, que veio a receber medicamentos de outras indústrias”, afirma. “Nenhuma dificuldade justifica mais de uma década de atraso, e a posição da Interfarma é a de exigir que se esclareçam quais são os interesses por trás disso”, finaliza.

Evolução do comércio exterior brasileiro de 2012* a 2016* (US\$ bilhões) - Medicamentos

Fluxo	2012*	2013*	2014*	2015*	2016*
Exportação	1.244,78	1.283,66	1.340,72	1.247,22	1.075,40
Importação	6.369,51	6.493,23	6.692,42	6.514,76	5.902,02
Corrente de Comércio	7.614,29	7.776,88	8.033,13	7.761,98	6.977,43
Saldo (déficit)	-5.124,73	-5.209,57	-5.351,70	-5.267,54	-4.826,62

Fluxo	2013*	2014*	2015*	2016*
Exportação	3,12%	4,45%	-6,97	-13,78%
Importação	1,94%	3,07%	-2,65%	-9,41%
Corrente de Comércio	2,14%	3,30%	-3,38%	-10,11%
Saldo (déficit)	1,66%	2,73%	-1,57%	-8,37%

* 12 meses móveis até maio de 2016 Fonte: Aliceweb/MDIC; Elaboração: Interfarma

O Governo Federal recebeu

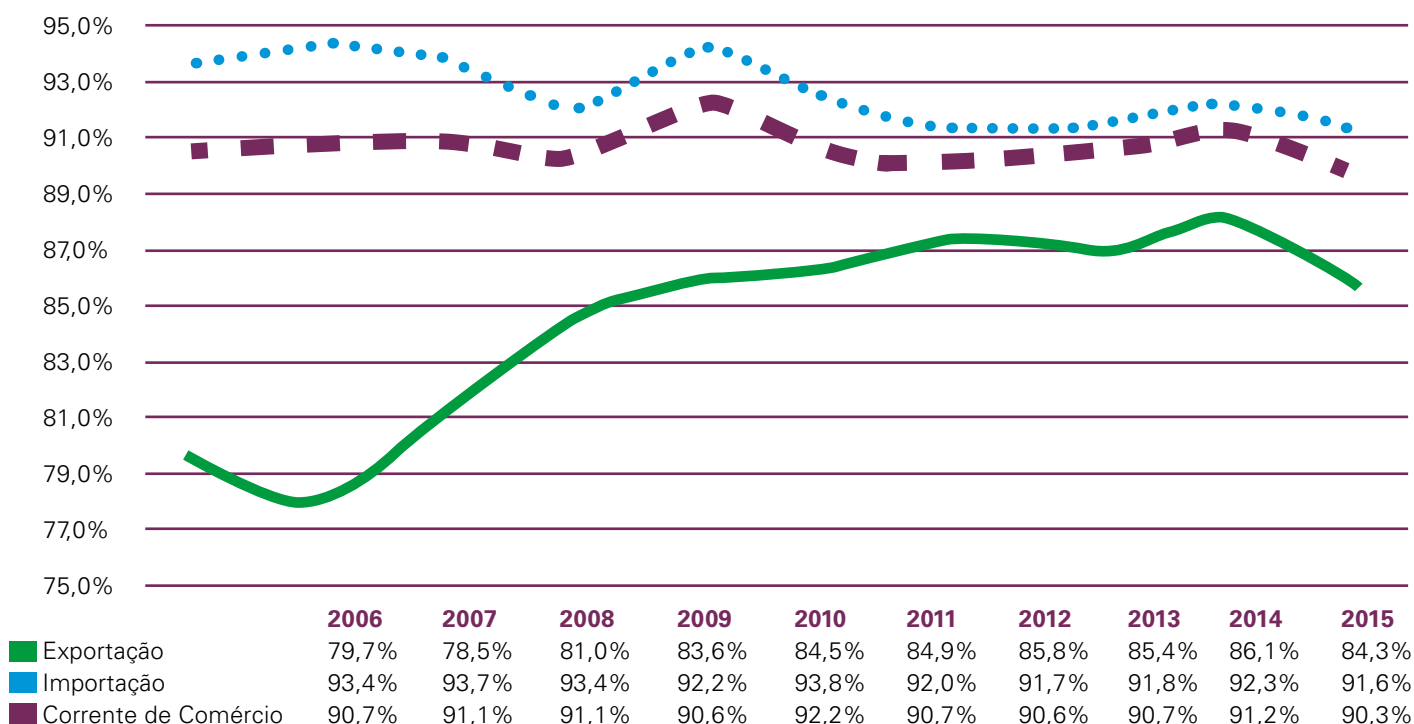
225



pedidos para incorporação de novos medicamentos ao SUS nos últimos três anos e, até agora, avaliou 171. Desse total, 55% foram negados.

Fonte: Interfarma

Gráfico 1: Evolução da participação dos medicamentos de uso humano



Fonte: Aliceweb/MDIC; Elaboração: Interfarma